



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640134 - SP (2021/0013287-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS RAIMUNDO SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS RAIMUNDO SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2222789-77.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, sobrevivendo decisão que lhe concedeu o benefício da liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas.

O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do acusado, o que foi deferido pelo magistrado singular.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o encarceramento do réu foi determinado quase 1 mês após a prática do crime, sem que houvesse menção a algum fato novo que justificasse a medida.

Aduz que a custódia cautelar estaria embasada na gravidade abstrata do delito imputado ao paciente.

Argumenta que seria temerário presumir o risco de reiteração delitiva com base nos antecedentes do acusado.

Ressalta que, enquanto usufruiu do benefício da liberdade provisória, o réu cumpriu regularmente as condições fixadas pelo juiz plantonista, o que reforçaria a desnecessidade de sua prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedida liberdade ao paciente, cumulada ou não com medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 26-32):

Colhe-se dos autos que paira sobre o paciente a acusação de homicídio contra a pessoa de Josiel Nascimento da Silva, pois, em 06 de junho de 2020, na parte da noite, na Rua Elvira Perpetua, nº 103, Tinga, na cidade e comarca de Caraguatatuba, o

paciente, agindo com manifesto animus necandi, por motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima matou a mesma por meio de golpes de arma branca.

Segundo consta dos autos, data dos fatos, a vítima e o acusado discutiram por questão de somenos importância. O acusado, que já cometeu outro crime de homicídio na cidade de Caraguatatuba, munido de uma faca, atacou a vítima de surpresa, sem que ela esperasse o ataque, desferindo contra a mesma 6 (seis) golpes de faca, o que foi a causa eficiente de sua morte. Há a certeza da materialidade do delito, bem como indícios suficientes da autoria, referidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, tendo o paciente restado devidamente denunciado pela prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal. Denúncia esta a qual foi recebida pelo juízo.

Assim, a par de estarem presentes os pressupostos autorizadores da custódia preventiva, posto haver indícios de materialidade e autoria, a constrição se justifica para garantia da ordem pública e da futura e necessária aplicação da lei penal.

Além do mais, o paciente está preso por força de decisão bem fundamentada, não sendo necessária que a mesma seja extensa ou possua minudência típica de sentença condenatória, mas basta que aponte os indícios de autoria e materialidade e demonstre a imprescindibilidade da segregação do agente. Pressupostos estes que foram bem observados na r. decisão.

O delito pelo qual responde o paciente se mostra de particular gravidade, tendo ele desferido diversos golpes de faca contra um indivíduo desarmado.

É certo que adentrar profundamente na análise da prova neste momento seria em detrimento do próprio paciente. Porém, diante das circunstâncias em que ocorreu o crime, não há como conceder liberdade ao mesmo.

A natureza e a gravidade do delito atribuído ao paciente, bem como as próprias circunstâncias que envolvem o crime, recomendam a custódia cautelar.

Ainda, conforme se verifica da Certidão de fls. 45/48, dos autos principais, constata-se que o paciente ostenta processos anteriores, inclusive pela prática de crime grave de mesma natureza (homicídio), o que torna a segregação necessária para a garantia da ordem pública, a fim de evitar reiteração criminosa.

Claro, portanto, que o paciente vem agindo com profundo descaso com a justiça, o que demonstra a necessidade da cautelar estabelecida para a garantia da ordem pública, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares mais brandas, posto que o mesmo, apesar de detentor de outras passagens pelo sistema, não buscou emendar-se, persistindo na vida de crime. Consigne-se, ainda, que o conceito de

ordem pública abrange não só a tentativa de se evitar a reiteração delituosa, mas, também, o acautelamento social decorrente do estado de intranquilidade efetivamente causado com a prática do delito, do que decorre a importância de se garantir a credibilidade da justiça após a ocorrência de grave desrespeito.

Aliás, a concessão de liberdade provisória ao paciente contribui para fomentar o descrédito da Justiça perante a população, que está compreensivelmente alarmada com a banalização da prática de crimes.

Não obstante, será necessária oitiva de diversas testemunhas em juízo, que inclusive moram próximas ao réu, de forma que a prisão do agente também é necessária para garantir a integridade física e psicológica das mesmas e, por conseguinte, garantir a produção da prova durante a instrução criminal. Pois, conforme se vê dos autos, o paciente indica ser pessoa violenta e irascível, usuário de drogas, buscando ceifar vida alheia com as próprias mãos.

Destarte, a situação se reveste de gravidade e a soltura do indiciado representa risco para as testemunhas, justificando uma interferência estatal mais energética a fim de assegurar a segurança das mesmas, bem como da sociedade como um todo, a qual deve ser privada do convívio de pessoa acusada de tentar assassinar brutalmente outro indivíduo por simples discussão.

A decisão, portanto, demonstrou a presença dos requisitos do artigo 282, inciso II e artigo 312, “caput”, ambos, do Código de Processo Penal, os quais autorizam a decretação da custódia cautelar.

Também não se configura constrangimento ilegal a custódia cautelar do paciente, também justificável pela gravidade do delito.

[...]

Deste modo, tendo em vista que os motivos que ensejaram o decreto da prisão preventiva são idôneos e persistem até o presente momento, não há qualquer motivo para determinar sua cassação.

O comportamento do paciente, aliado aos outros elementos constantes nos autos acima esposados, descortina um quadro denotador da necessidade da custódia, no qual os argumentos invocados na inicial são insuficientes para ensejar a revogação da medida excepcional.

Vale lembrar que as medidas cautelares alternativas à prisão são totalmente inviáveis ao caso em exame, ao menos por ora, vez que se mostram não só insuficientes, mas também inadequadas para a garantia da ordem pública, dada a gravidade do delito e as circunstâncias do fato que são imputados ao paciente.

Ressalte-se, também, que as alegações de residência fixa, revelam-se secundárias quando se

fazem presentes os fundamentos que alicerçam a prisão preventiva, conforme o caso em tela.

[...]

Assim, temerária a soltura do paciente neste momento, até porque, em caso de eventual condenação, ele não fará jus à pena curta ou a regime mais brando, de modo que a custódia se revela necessária para a garantia de eventual aplicação da lei penal.

Também não há que se falar em violação do princípio da segurança jurídica, uma vez que o Código de Processo Penal é claro em determinar em seus artigos 311 e seguintes que, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, desde que a decisão seja devidamente fundamentada, como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Sendo que, o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, novamente decretar a prisão preventiva, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Dessa forma observa-se que a presente prisão atendeu a todos os requisitos previstos no Código de Processo Penal, mostrando-se devida e adequada, não sendo a liberdade provisória um direito adquirido e imutável do acusado, podendo ser revogada a qualquer momento, se necessário, como no caso em tela.

Ademais, vale lembrar, que, com o devido respeito ao juiz plantonista, é o Juiz da causa aquele que, por sua proximidade do acusado, mais conhece o cativo, e sabe da necessidade _ ou não _ de mantê-lo preso.

No mais, ressalta-se que não existe incompatibilidade entre o princípio da presunção da inocência e a prisão preventiva, sendo que ambos estão disciplinados na Constituição Federal. Para que a presunção de inocência esteja resguardada, na hipótese de antecipação da prisão, anterior à existência de condenação definitiva, é necessário apenas que esta última seja necessária.

[...]

Conclui-se, assim, que a manutenção da prisão está em harmonia com a presunção constitucional de inocência, nos termos do disposto do inciso LXI, do artigo 5º, da Constituição Federal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da

prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência